

Editorial

Como preâmbulo, um agradecimento.

Este número 27 da revista *arq.urb*, o primeiro do décimo segundo ano de publicação do periódico, que teve início em 2008, é também o primeiro número editado totalmente no sistema *Open Journal Systems* (OJS). Mas, por que seria importante mencionar esse fato aqui? Porque, enfrentados às atuais circunstâncias de epidemia e quarentena, os sistemas *online* de captação e veiculação de informação, que se incorporam na montagem de periódicos (com seus longos processos de seleção e avaliação cega por pares) acabam sendo centrais na possibilidade da sua produção, assim como para sua disseminação. Hoje, no meio de uma pandemia terrível, ficou mais claro que o conhecimento é um bem público global imprescindível, sustentado pelo acesso aberto à informação científica que a Internet e os meios de comunicação são capazes de possibilitar. Os programas de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, como o da

Universidade São Judas Tadeu que mantém e produz esta revista, estão chamados a desenvolver um papel importante nessa construção de conteúdo e de conhecimento científico que precisa circular. Não só como produtores desse conhecimento que são, mas também como veiculadores dessa transmissão, como agentes de transformação da sociedade, promovendo a informação e o contraditório, o esclarecimento e a análise, quando não a crítica e o debate, sempre o debate, aberto e transparente.

Este é um esforço evidentemente coletivo. No caso de nossa revista, um esforço dos docentes do Programa de Pós-graduação *stricto sensu* em Arquitetura e Urbanismo da Universidade São Judas Tadeu (PGAUR/USJT), mas é também um esforço da instituição, que apoia, por meio das ações da Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação, de forma firme e eficiente essa dedicação, inclusive através da

destinação de recursos próprios para possibilitar a publicação nos tempos, e nos termos, exigidos pelas agências reguladoras. É também um esforço individual de suas editoras, professoras doutoras Andréa de Oliveira Tourinho e Eneida de Almeida, que direcionaram suas energias, e muitas horas de suas pesquisas e outros afazeres, para conseguir, em tempo recorde, que este número viesse a luz, vencendo todos os entraves que a epidemia vem causando no ambiente universitário. É, finalmente, um esforço da comunidade acadêmica que nos apoia com seus artigos, com seus comentários e sugestões, suas críticas e informações, suas avaliações e pareceres, sem os quais, obviamente, não haveria publicação.

Por essas razões, e nas atuais circunstâncias de afastamento social e quarentena nas quais o mundo se encontra, que tem obrigado a professores e alunos a um relacionamento digital sem o calor e a sinergia do ensino presencial, mas com a boa intenção de darmos continuidade à circulação do conhecimento, como coordenador do PGAUR/USJT, além de como autor deste editorial, sinto a obrigação de agradecer a toda essa comunidade científica e aos colegas que fizeram possível a publicação deste número tão especial.

Sobre o número 27

É sempre difícil organizar um número que não é temático, pois, evidentemente, os artigos que com-

põem uma edição normal de um periódico científico são de índole, origem, experiência e objetivos diferentes. É isso que faz que um número normal, ou seja, não temático, seja sempre tão interessante, justamente, por sua diversidade. Ocorre com este número também, mas os artigos desta edição, vistos dentro de uma ampla gama de possibilidades interpretativas, que resultam não só das intenções manifestadas pelas(os) autoras(es), mas também pelo que este leitor pode compreender delas (aquela famosa relação entre emissão e recepção da mensagem), parecem ser coincidentes em um ponto: o interesse pelos conceitos. Não é pouco, e é, sobretudo, sintomático de um momento de reconhecimento da necessidade de afinarmos nossos repertórios temáticos por meio de uma valorização mais aprofundada e precisa do que queremos realmente dizer (quando comentamos, analisamos, criticamos ou ainda simplesmente refletimos sobre um tema). A preocupação pelos conceitos e pelas ideias que organizam o pensamento para que possamos, de uma forma mais precisa, interpretar e interpelar o mundo será sempre bem-vinda num periódico científico como este, sobretudo pelo seu viés acadêmico, pois é na academia que muitas dessas ideias, conceitos, pensamentos, não só são gerados, mas florescem.

Assim, os nove artigos que compõem este número poderiam simplesmente ser apresentados seguindo taxonomias as mais variadas, pois, tratando-se de conceitos, seria igual que fossem organizados de

uma forma ou de outra. No entanto, por uma questão de temáticas, nos permitimos sugerir a ordem que está dada aqui. Evidentemente, a leitora ou o leitor podem, como faria Julio Cortázar, ler seguindo qualquer outra ordem que considerem pertinente.

O primeiro campo de ação dos conceitos seria o histórico, que é sempre uma área do conhecimento necessitada de estabelecer pautas claras para suas interpretações. O artigo de **Ana Maria Moraes Guzzo**, doutoranda do Proarq (Universidade Federal do Rio de Janeiro), intitulado “**A arquitetura franciscana sob o ponto de vista de Germain Bazin**”, apresenta-se como um bom exemplo para esse campo, pois pretende justamente discutir uma denominação, a de “Escola Franciscana do Nordeste”, que o historiador francês Germain Bazin acunhou nos seus estudos sobre as obras dos franciscanos nessa região. A ideia base é que a denominação atribui características únicas às construções estudadas, o que não parece verificável quando comparadas às obras da mesma congregação em outras regiões. O que preocupa a autora é justamente a pertinência da denominação, porque se tem transformado em uma designação de uso comum que, talvez, não possa ser usada sem as devidas considerações. A autora chama a este processo de definição conceitual de “problematização”.

Dentro da mesma chave interpretativa histórica, o artigo de **Leticia Regina Lorenzi** e de **Dirceu Piccinato Junior**, da Faculdade Meridional (IMED), do Rio Grande do Sul, intitulado “**Arquitetura Art Déco: um estudo sobre o seu valor para a história e memória da cidade de Passo Fundo/RS, Brasil**”, trata do reconhecimento e da valoração de um patrimônio específico, o da produção Art Déco, na cidade de Passo Fundo (RS), que não tem sido reconhecido pelo município como obras de valor histórico patrimonial. Evidentemente, a necessidade de uma conceituação mais clara do valor dessas obras, e da produção Art Déco, são fundamentais para que as obras possam ser aceitas, e reconhecidas, pela sociedade com fatos urbanos associados à memória e à história da cidade.

Também o artigo de **Wagner Ferreira da Costa** e **Cybele Salvador Miranda**, respectivamente mestrando e professora doutora do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará (UFPA), intitulado: “**O labirinto das memórias da antiga Igreja de Santo Alexandre: símbolos integrados e contrastes da dinâmica do patrimônio sacro em Belém do Pará**”, discute diferenças conceituais entre termos afins, como “patrimonialização” e “patrimonialidade”, que no caso em tela se sobrepõem para a configuração de uma memória coletiva dos habitantes da cidade de Belém do Pará, em razão das demandas que os

edifícios históricos sofrem quando passam por processos de mudança de usos, que normalmente visam substituir sua função original por outra que não necessariamente segue os mesmos parâmetros, como aconteceu com a antiga igreja de Santo Alexandre, que é o objeto de pesquisa apresentado neste artigo.

Inicialmente, pareceria pouco lógico colocarmos um artigo sobre conforto térmico nesta sequência de conceitos históricos, mas o artigo de **Maria Claudia Lima da Cruz**, mestre em Engenharia pela Universidade Fernando Pessoa (Porto, PT) e professora da Faculdades Santo Agostinho (Montes Claros), intitulado: “**Conforto Térmico nas Edificações: Materiais e Técnicas Construtivas. Um estudo comparativo entre a cidade de Ouro Preto - Brasil e Porto - Portugal**”, se bem trata de um problema técnico, o substrato da análise está dada pelos edifícios históricos das localidades abordadas: Ouro Preto e a cidade do Porto. Assim, há uma mudança na temática conceitual que habitualmente enfrentamos quando se analisam obras patrimoniais. O viés técnico ajuda aqui, pela sua relação com o habitat, a entender melhor a apropriação de soluções determinadas, isto é, aponta as soluções construtivas e os materiais que as compõem desde um ponto de vista histórico, socio-localizado e ambiental.

Ainda que não se trata especificamente de um artigo sobre história da arquitetura ou do urbanismo, o

trabalho de **Luiza Helena Ferraro**, mestre pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e professora da Universidade Estadual de Santa Catarina (UDESC), “**Sobre territórios, limites e relações físicas e visuais no Aterro da Baía Sul em Florianópolis, SC**”, estabelece uma discussão, e, mais ainda, uma reflexão teórica, sobre conceitos como “território”, “limite”, “borda” e “eixo”. Ainda que discutidos em relação à obra em tela, o Aterro da Baía Sul, eles perpassam o objeto de estudo para atingir definições específicas que também os ampliam e definem com maior precisão. A forma de apropriação da cidade por seus habitantes é o tema que centraliza a reflexão sobre os conceitos, dando-lhes qualidades antropológicas que originalmente não possuíam.

Na sequência, o artigo “**Ecologia urbana: conceitos, pré-conceitos e pós-conceitos**”, de **James Shoiti Miyamoto** e **Gilda Collet Bruna**, respectivamente Professor-Associado na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro (FAU-UFRJ) e Professora Associada Pleno da Universidade Presbiteriana Mackenzie, reforça nossa compreensão do tema central deste número, pois já no título se debruça fortemente sobre a problemática conceitual, referida, no caso desta pesquisa, à Ecologia Urbana. Partindo do entendimento de que as “cidades devem ser vistas como entidades ecológicas, com forte predominância da ação antrópica”, os autores se debruçam sobre a conceitos complexos e ao mesmo tempo correntes, qual

sejam a “ecologia da cidade” e a “ecologia na cidade” que na sutileza das preposições propicia visões possíveis do planeta.

Continuando com o tema urbano, o artigo de **André de Souza Silva e Izabele Colusso**, ambos doutores em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal de Rio Grande do Sul (UFRGS) e professores da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), intitulado: “**A configuração espacial urbana como subsídio para diagnósticos em planos de mobilidade**”, apresenta a teoria dos estudos configuracionais como base para o entendimento da mobilidade urbana. Existe assim um entendimento que a configuração urbana de uma cidade poderia ser estudada e entendida a partir das variáveis sociais, culturais, ambientais, econômicas e políticas que evidentemente afetam a cidade, mas o enfoque do artigo translada essa definição conceitual à base das definições das políticas públicas de intervenção do plano diretor da cidade em termos de mobilidade.

Outro artigo que traz aproximações conceituais às dinâmicas urbanas é o de **Fabricio Farias Tarouco e Gabriel Gallina Jorge**, o primeiro Doutor em Comunicação e professor da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, e o segundo, professor de Arquitetura da Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), cujo título é: “**A metrópole comunicacional 3.0**”. No trabalho os autores abordam o conceito

de “metrópole comunicacional” proposto pelo antropólogo, etnógrafo e escritor italiano Massimo Canevacci, notadamente, uma visão positiva das tecnologias da comunicação e da informação que são vistas como possibilidades de criação e de interação social eficiente, plural e interativa. Os autores propõem realizar uma reflexão sobre seus desdobramentos a partir de um olhar histórico e evolutivo, que termina em ações de “softwarização” e “smartphonização”, conceitos que emergem das novas realidades urbanas sociais e tecnológicas conexão dos cidadãos, e das cidades, através de apps.

O número finaliza com o artigo de **Alberto Cipi-niuk**, Doutor em Filosofia e Letras pela Université Libre de Bruxelles e professor Associado da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), intitulado: “**Do funcional ao simbólico. O que pensam os pares do Campo do Design e o que ensinam nas salas de aula**”, onde o autor se debruça sobre a passagem da dimensão funcional para a simbólica, relacionadas com as instâncias de legitimação que proveem do campo do Design. Assim, não é um artigo cujo tema é arquitetônico ou urbanístico, mas sua problemática se foca sobre a definição de conceitos, o que o coloca em perfeita harmonia com os outros trabalhos deste excelente e variado número de **arq.urb.**

Esperamos que a leitura destes trabalhos de pesquisa, de reflexão, de análise e sobretudo de com

ceptualização sejam um bom motivo para ficar em casa durante a pandemia.

Boa leitura,

*Prof. Dr. Fernando Guillermo Vázquez Ramos
Coordenador do Programa de Pós-Graduação
stricto sensu em Arquitetura e Urbanismo
Universidade São Judas Tadeu.*

